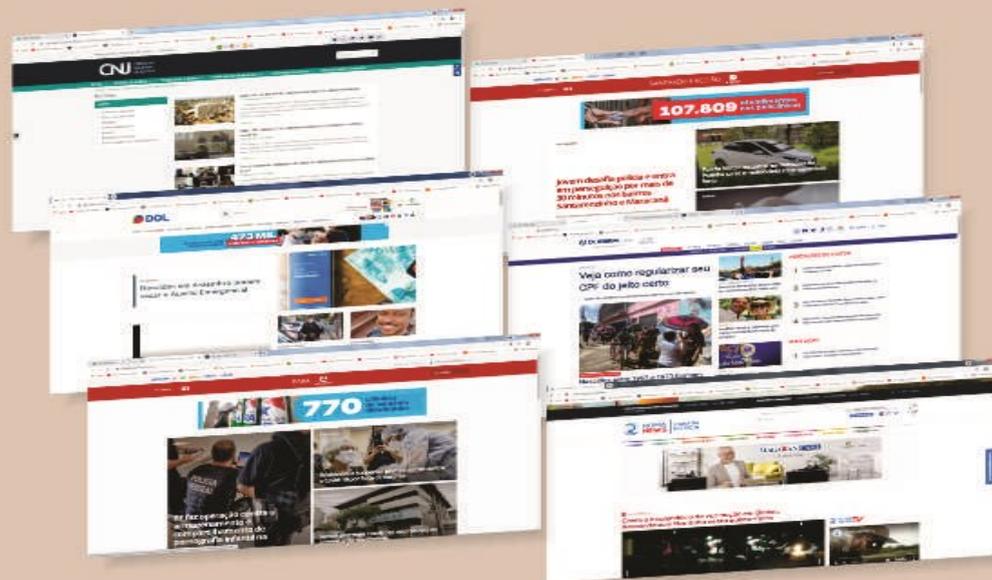




CLIPPING



21 e 22 de
AGOSTO
2021

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Programa articula ações de proteção às mulheres

TERPAZ

A campanha “Agosto Lilás” voltada à conscientização e ao combate da violência doméstica contra a mulher, tem como referência do movimento nacional, encapado pelo Governo do Pará, a Lei 11.340, mais conhecida como Lei Maria da Penha. O TerPaz se concretiza como um amplo esforço do governo estadual para a diminuição da vulnerabilidade social da mulher e para o enfrentamento das dinâmicas de violências. O Programa articula ações de segurança pública e de cidadania em sete bairros da Grande Belém: Guamá, Jurunas, Terra Firme, Bengui e Cabanagem (Belém), Icuí (Ananindeua) e Nova Uni-

Na ponta, secretarias estaduais como a Estratégica de Articulação da Cidadania (Seac), trabalham com foco na educação e prevenção à violência contra a mulher. Um dos projetos da Seac, por exemplo, é o “De Menina à Mulher, Tortura que ela não Atura”. A ação busca conscientizar e orientar mulheres jovens e adultas, por meio de oficinas de empreendedorismo, nos bairros atendidos pelo TerPaz. O projeto da Seac conta com a parceria do Teatro Palha e do Tribunal de Justiça do Estado (TJPA), e tem promovido rodas de conversa e oficinas de confecção de bol-

sas, bonecas abayomi, e grafite, no Bengui. Dias 24 e 26, deste mês, haverá um curso de estamparia em tecidos, realizado pelo “De Menina à Mulher”. A programação inclui uma oficina de maquiagem, de 31/8 a 2/9; e se encerrará no dia 3/9, com uma feirinha com os produtos das oficinas, e a apresentação do espetáculo “180: A Mulher do Fim do Mundo”, em formato digital.

Diretora de Articulação da Cidadania da Seac, Juliana Barroso informou que o TerPaz articula outras ações no combate à violência contra a mulher. Uma dessas ações foca no empreendedorismo como oportunidade econômica para as mulheres. “É o caso do Projeto Ela Pode pro Projeto Empodera realizado pelo Banpará. Um capacita sobre formas, modelos de negócios, economia criativa bem como marketing, enquanto o Empodera viabiliza através da concessão de crédito, um empréstimo no valor de R\$ 5 mil”, explicou Juliana.

O Projeto ParáPaz Mulher tem sede na travessa Mauriti, nº 2394, no bairro do Marco, em Belém. O serviço tem participação do CPC Renato Chaves, Ministério Público, Defensoria Pública, e Polícia Militar. Já a DEAM Ananindeua fica na Cidade Nova 5, We 31, nº 1112, no Coqueiro.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

PATRIMÔNIO

Comunidades acusam
empresa de negar
acesso a cemitérios

DENÚNCIA - Segundo as populações nativas, a Agropalma avançou com plantações de dendê sobre áreas onde estão restos mortais de seus ancestrais

CAIO OLIVEIRA
DA REDAÇÃO

"Tenho pai, irmão, avô, avó, todos enterrados nos cemitérios do Livramento e da Batalha. Mas não podemos ir lá. A gente tem vontade de ir para limpar, mas a empresa proibiu". Clemente Souza, mais conhecido como Quelé, homem de 70 anos e cuja família viveu por gerações às margens do rio Acará, resume assim uma situação que aflige hoje várias outras pessoas da comunidade da região, no nordeste paraense. Para eles, o território sagrado onde seus ancestrais repousam foi tomado pelas plantações de dendê da Agropalma.

De acordo com um relatório elaborado por pesquisadores da Universidade Federal do Pará (UFPA), há quatro cemitérios nas áreas ocupadas pela empresa. Três deles são áreas quilombolas, e uma é indígena, da etnia Tembê. Relatos de vários moradores que antes moravam na região à beira do rio contam que a gigante do agronegócio nega o direito de se prestar homenagem aos parentes que jazem ali.

"Essa proibição deles homenagearem seus mortos é um grande trauma coletivo", afirma Elielson Silva, doutor em Ciências - Desenvolvimento Socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pa-

rá (Naea/UFPA) e pós-doutorando em Antropologia pela Universidade Estadual do Maranhão (Uema). Ele participa do projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, que trabalha junto aos quilombolas das comunidades da Balsa, Palmares e Gonçalves, na Região do Alto Acará, e tenta ajudar essas pessoas a terem seus direitos reconhecidos.

ÁREAS VEDADAS

Os campos santos catalogados pelo projeto são os cemitérios Nossa Senhora da Batalha, do Livramento, de Santo Antônio e o cemitério Indígena Tembê. O mais antigo é o do Livramento que, segundo os estudos, data do início do século XX. "Desse cemitério, entre 30% e 40% dele se encontra invadido por um dendezal da empresa, que um tempo atrás destruiu uma parte dele. Existem pessoas cujos parentes estão sepultados na área que hoje está coberta pelo dendezal, e que não conseguem nem saber onde estão essas sepulturas", diz Elielson.

"Nas demais sepulturas que sobraram, as pessoas são impedidas de homenagear seus mortos. Há um controle exercido pela empresa, que restringe a circulação dessas pessoas. Além de serem impedidos de homenagear seus mortos e manter vivo aquele espaço sagrado, eles são impedidos de pescar também.

Então, há um controle de circulação abusivo", alega o pesquisador, que diz que o relatório elaborado visa ajudar no reconhecimento da área como território quilombola por parte do poder público.

"Meu irmão está na Nossa Senhora da Batalha, no meio do território. Em 2019, eu fui coagido; eu e outras pessoas. A gente não pode nem limpar, nem praticar os eventos que temos de costume na comunidade. Está complicado", lamenta Joaquim Pimenta, presidente da Associação Representativa dos Quilombolas da Comunidade da Balsa. O homem conta que se sente um expatriado, sem direito a ter ao menos acesso à sua história, e sente mais ainda por ver seus conterrâneos passando pelo mesmo tipo de problema, sem poder ter acesso aos túmulos de seus familiares e à área de rio onde têm raízes.

"A gente chega lá, está um matagal, a coisa mais feia do mundo", lamenta Adilson Pimenta, agricultor de 47 anos que também tem parentes sepultados na Batalha. "Eu estava presente quando enterraram. Tenho lá um irmão, tios. Tive uma vez que a gente foi lá dar uma olhada, e a Agropalma mandou a polícia. Eles foram lá e disseram que estávamos invadindo, que lá tem segurança armada e podiam atirar", diz o homem, preocupado com sua história.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Proibição de homenagens aos mortos é um grande trauma coletivo, diz pesquisador



Mortos

Estudo

Os campos santos catalogados pelos pesquisadores da UFPA são os cemitérios Nossa Senhora da Batalha, do Livramento, de Santo Antônio e o cemitério Indígena Tembê, no nordeste paraense

Empresa diz desconhecer as populações denunciantes

Em nota, a Agropalma afirma que "jamais estabeleceu plantações sobre quaisquer áreas de cemitérios, tampouco registra a presença de comunidades quilombolas em suas fazendas ou no entorno delas". A empresa diz ainda que até o momento nenhum morador usou os canais de comunicação oficiais da empresa para alegar suposta violação ou mesmo apontar

sua localização.

"A Agropalma apenas tomou conhecimento de um pedido levado à Justiça pela Defensoria Pública, sobre o qual a empresa sequer foi chamada a se manifestar, e que acabou indeferido pelo juízo, devido à insuficiência de provas", declarou o setor de comunicação da maior produtora de óleo de dendê da América Latina.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

JUSTIÇA

Milton Nobre lança no dia 26 seu oitavo livro sobre direito

PUBLICAÇÃO - Na obra, o desembargador do TJPB aborda os desafios do direito no século XXI e reflete sobre direito à saúde, pandemia e Justiça Eleitoral Brasileira



Milton Nobre usou o período de isolamento na pandemia para escrever dois livros

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPB

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

O desembargador e professor Milton Nobre, do Tribunal de Justiça do Pará, lança no próximo dia 26 o livro "Tratando direito de Direitos", pela editora Lumen Juris. É a oitava obra de Nobre, que reúne alguns ensaios já publicados e muitos outros inéditos.

Ele descreve o livro como um tributo para a maneira que os juristas da geração dele pensavam o direito - e o que mudou de lá para cá. Na opinião do desembargador, a ciência precisa ir além da produção intelectual e ser dotada de aplicabilidade, especialmente no direito.

"Trato de vários departamentos da ciência jurídica. A minha geração não pensava o direito só academicamente. E trabalhávamos na academia e na profissão. Sou contra essa dedicação exclusiva do professor. Pensávamos no direito em ação, como consequência, os efeitos dele nos campos da vida social. Esse que é o objetivo da obra. Isso é porque hoje a academia produz muita tese mas muitas delas não dizem nada para a sociedade enquanto resultado de ordem prática", reflete.

O livro foi inspirado e incentivado pelo amigo Zeno Veloso, jurista que morreu este ano e por quem Nobre nutriu mais de 50

anos de admiração e amizade. A homenagem escolhida é singela: o livro não tem prefácio, porque Veloso estava escrevendo o prefácio da obra quando morreu.

"Ele chegou comigo e falou publica, publica, publica. Olha o que escrevi: este livro não tem prefácio. É uma homenagem póstuma ao meu amigo, colega de magistério, de quem guardo para sempre, no baú das minhas saudades, as melhores lembranças", declama.

Um dos temas
abordados no
livro é o uso da
tecnologia e das
redes sociais

Um dos temas abordados no livro são os desafios do direito no século XXI. Ele vê as redes e a tecnologia como um desafio que ultrapassa o direito e que vai testar a contemporaneidade em todos os âmbitos da sociedade.

"O Mario Vargas Llosa diz em um livro, A Civilização do Espetáculo, que as pessoas estão vivendo um paradigma entre o visual e o real comportamental. As pessoas vivem mais representando. A máscara que a pessoa utilizava no teatro grego hoje é a

própria cara da pessoa, ou o perfil na rede social", diz.

Nobre não é adepto das redes sociais, mas assiste com curiosidade o fenômeno das críticas imediatas acessíveis a todos, especialmente contra juristas renomados em cargos públicos.

"Quem se expõe socialmente está sujeito às percepções gerais. Antigamente era num auditório, mas hoje o auditório é globalizado. O cara olha um ministro do STJ ou do Supremo julgando e não gosta dele, do jeito dele, cria uma ideia de que o cara é mal e a partir deste preconceito, vai para as redes. Invés de guardar para si, ele revela. Isso é um problema", entende ele.

Na obra, Nobre reflete ainda sobre direito à saúde e pandemia, bem como a Justiça Eleitoral Brasileira.

LANÇAMENTOS

Este é o segundo lançamento do jurista Milton Nobre durante a pandemia de covid-19, período que ele considerou produtivo apesar do isolamento social. Aos 74 anos, ele acredita que cabeça vazia só serve para pensar bobagem e já começou a escrever o próximo livro.

"O homem não é só sensibilidade. O homem também é razão. E a razão nos inquieta. A gente tem que fazer alguma coisa. Tendo que trabalhar remoto, ficando em casa mais tempo, você tem que exercer a tua inquietação com criatividade. Foi o que fiz", conta.

O lançamento do livro ocorre no próximo dia 26 de agosto (quinta-feira), às 11h, no salão nobre do edifício-sede do Tribunal de Justiça do Pará, na avenida Almirante Barroso.



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Pará

EJPA

LANÇAMENTO

MILTON NOBRE

Tratando direito de Direitos

Lançamento do livro
"Tratando direito de Direitos"
de autoria do
Desembargador Milton Nobre.

Data: 26 de agosto de 2021 (quinta-feira)
Hora: 11h
Local: Salão Nobre do Edifício-Sede do TJPA
Av. Almirante Barroso, 3089, Bairro: Souza

Mais Informações:
(91) 3205-3202
(91) 3205-3712

Apóio



GRUPO LIBERAL

O evento ocorrerá de acordo com as normas de segurança indicadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

MP mantém investigação do caso “dinheirinho”, que envolve Izabela Jatene

Conselho Superior do Ministério Público do Pará indeferiu o pedido para arquivar o caso. O pedido foi protocolado por Nilo Noronha, um dos envolvidos na investigação que já dura anos

DECISÃO

Ana Célia Pinheiro

O Conselho Superior do Ministério Público do Pará (MP-PA) indeferiu o pedido para anular a continuidade da investigação do caso “dinheirinho”, que envolve Izabela Jatene, filha do ex-governador Simão Jatene. O pedido foi protocolado pelo ex-secretário estadual da Fazenda, Nilo Noronha, também envolvido no escândalo. Ele alegou que o seu advogado não foi notificado sobre a sessão do último 9 de junho, na qual o Conselho se recusou, pela quinta vez, a homologar o arquivamento da apuração. Mas a nova relatora do caso, a procuradora Maria do Socorro Mendo, mostrou que Nilo foi informado sobre a sessão, através do Diário Oficial do Estado. A rejeição do pedido ocorreu no último dia 16 e foi unânime.

A investigação do caso se arrasta desde 2014, quando o MP-PA abriu Inquérito Civil, para investigar um suspeito diálogo telefônico. Nele, Izabela pede a Nilo a relação das trezentas maiores empresas paraenses, para “começar a buscar esse dinheirinho deles”. A conversa ocorreu em 2011, pouco depois do início do governo de Jatene. Na época



Caso do “dinheirinho” envolve Izabela Jatene, filha do ex-governador Simão Jatene, quando ela era coordenadora do Propaz

FOTO: MACIO FERREIRA / ARQUIVO - AGÊNCIA PARÁ

quando se descobriu quem eram os dois naquele diálogo. Suspeita-se que teria havido ordem até para que a gravação fosse destruída. Mas pelo menos uma cópia escapou e foi entregue ao DIÁRIO, em 2014, que divulgou o escândalo. Pouco depois, o então deputado federal Edmilson Rodrigues, hoje prefeito de Belém, protocolou um pedido de investigação no MP-

o caso, mas também ficou pouco tempo. Finalmente, em dezembro de 2016, o promotor titular da 4ª Promotoria, Rodier Barata de Ataíde, passou a comandar a apuração. Mas, nos dois anos seguintes, ele não adotou providências essenciais para o Inquérito: não tomou os depoimentos de Nilo e Izabela, não requisitou as movimentações bancárias e de-

duramente Rodier, durante uma sessão do Conselho, pelo falta de realização dessas diligências básicas. Naqueles dois anos, afirmou Salame, a investigação praticamente parou. Rodier teria sido até promovido, em 2019, pelo então Procurador Geral de Justiça (PGJ), Gilberto Martins, nomeado duas vezes para o cargo por Jatene, pai de Izabela.

houve a quebra de seu sigilo bancário: os extratos foram entregues por ela, a pedido do MP-PA.

Ainda não se sabe a explicação de Izabela sobre a origem desses valores. Na tramitação on-line do Inquérito, consta apenas um documento, datado do último 8 de março, no qual ela pede prorrogação do prazo para explicar o fato, já que solicitara, ao Banco do

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

ca Nilo era subsecretário de Administração Tributária da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefa), e Izabela, coordenadora do Propaz. O diálogo foi gravado por acaso, durante a investigação do sequestro de um empresário, pela Polícia Civil: o gerente da fazenda de Nilo integrava a quadrilha e teve o telefone grampeado. Assim, depois de receber um telefonema do gerente, Nilo acabou grampeado também.

Ainda em 2011, que o fato teria provocado uma operação abafa, no Sistema de Segurança Pública do Pará,

PA. Em outubro, o promotor Firmino Matos, que então respondia pela 4ª Promotoria de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa, abriu o Inquérito Civil.

Firmino pediu informações à Sefa e à Izabela; enviou ofícios a diversos setores do Tribunal de Justiça do Estado (TJE) e acabou obtendo uma cópia dos grampos policiais, onde estaria o diálogo do caso “dinheirinho”. Mas nove meses depois, em junho de 2015, ele foi removido da 4ª Promotoria. Outra promotora assumiu

clarações de Imposto de Renda deles, não mandou periciar as gravações obtidas por Firmino.

Mesmo assim, em 30 de novembro de 2018, Rodier resolveu arquivar o caso, no qual, segundo disse, não havia encontrado indícios de improbidade administrativa. A decisão deu início a uma avaliação no Conselho Superior, a quem compete homologar ou não os pedidos de arquivamento. O primeiro embate ocorreu em novembro de 2019, quando o procurador de Justiça Hamilton Salame, relator do pedido, criticou

CONSELHO

Na sessão de novembro de 2019, o Conselho determinou várias diligências que não haviam sido feitas. No entanto, algumas não foram cumpridas até hoje. Uma Análise Técnica apenas dos rendimentos de Izabela, entre 2011 e 2014, realizada pelo Grupo de Apoio Técnico Interdisciplinar (Gati) do MP-PA, detectou quase R\$ 470 mil em depósitos bancários de origem desconhecida, em uma conta dela no Banco do Brasil, em valores atualizados pelo DIÁRIO. Não

Brasil, o detalhamento de suas movimentações bancárias, daquele período. O prazo foi prorrogado em 1 de abril e ela teria respondido 11 dias depois. Em 9 de junho, a atual responsável pela apuração do caso, a procuradora Maria do Socorro Mendo, votou contra o arquivamento.

Além disso, também não se sabe se teria sido concluída a análise da evolução patrimonial de Nilo Noronha, apesar de ele ter entregado as suas declarações de IR e movimentações bancárias ao MP-PA em agosto do ano passado.

Promotor pediu arquivamento do caso em abril

Em 2019, a Auditoria Geral do Estado (AGE) descobriu que Nilo Noronha possuía um patrimônio de R\$ 22 milhões, mas teria declarado apenas R\$ 3 milhões em bens ao IR. O patrimônio milionário consta no processo de divórcio que ele ajuizou e inclui vários apartamentos de luxo.

Nilo começou a trabalhar na Sefa, em 1993, mas só a partir de outubro de 2002, no primeiro governo de Jatene, é que passou a ocupar cargos comissionados.

Izabela alega que pediu a Nilo lista das 300 maiores empresas paraenses porque pretendia obter doações para o Propaz,

através de um fundo que o Governo pretendia criar, mas que nunca se concretizou. Ainda segundo ela, a expressão “buscar o dinheirinho” se referia às “pequenas quantias” que seriam captadas junto às empresas. Na tramitação on-line ainda não há o nome do novo promotor

do caso. Em 30 de abril, Rodier enviou um documento ao Conselho encerrando a sua participação nas investigações e pedindo que o órgão homologasse ou não, de uma vez por todas, o arquivamento.

O documento é quase um libelo em defesa de

Izabela: chega a invocar a Convenção Americana de Direitos Humanos, porque o inquérito teria ultrapassado o “prazo razoável” de conclusão. Também cita a Lei de Abuso de Autoridade, já que, segundo ele, não haveria indícios de irregularidades no caso “dinheirinho”.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Devido processo legal

No pedido de nulidade, Nilo Noronha afirma que houve violação do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, uma vez que o seu advogado não teria sido intimado para a sessão de 9 de junho, na qual o Conselho recusou mais um pedido de arquivamento, além de determinar o envio do caso a outro promotor.

Mas a procuradora Maria do Socorro Mendo, a relatora, mostrou que o Regimento Interno do Conselho prevê que a intimação “das partes” (os envolvidos) seja realizada ou através do Diário Eletrônico do MP-PA, ou da Imprensa Oficial. E isso ocorreu em 2

de junho, quando foi publicado, no Diário Oficial do Estado, um Aviso do Conselho, informando sobre a sessão.

Ela observou que a obrigatoriedade de intimar os advogados, que existe nos processos judiciais, não se estende aos inquéritos civis, que são procedimentos administrativos. Salientou, também, que a intimação apenas da parte não prejudica o direito de defesa. Isso porque, nesses procedimentos administrativos, a parte possui “capacidade postulatória” (capacidade de se defender) e pode até avaliar, a qualquer momento, se precisa de um advogado.

Ainda segundo ela, a falta de intimação do advogado de Nilo, para a sessão do dia 9, “não trouxe nenhum prejuízo comprovado ao investigado, tendo em vista que este Órgão Colegiado não enfrentou o mérito processual, reservando-se apenas a determinar o fiel cumprimento de todas as diligências previamente estabelecidas (...)”.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Acusado de aplicar golpe é transferido para Belém

PIRÂMIDE

A Polícia Civil do Pará, por meio da Diretoria Estadual de Combate à Corrupção (Decor), transferiu de São Paulo para Belém, na madrugada deste sábado (21), um homem acusado de estelionato. A ação é um desdobramento da 2ª Fase da "Operação Wolf", deflagrada no início deste mês. O homem é apontado como o mentor de um grupo em-

presarial que trabalhava com o esquema conhecido como "pirâmide financeira", prometendo lucros elevados a investidores. Após a expedição do mandado de prisão preventiva, o indiciado foi recambiado ao Pará.

Agentes da Decor localizaram e apreenderam 150 quilos de gemas minerais rubi coríndon, avaliadas, inicialmente, em R\$ 30 milhões. O material apreendido encontra-

se acautelado provisoriamente em uma agência da Caixa Econômica Federal na cidade de São Paulo, e será transportado nos próximos dias em aeronave do Estado, para ficar à disposição da Justiça do Pará.

BLOQUEIO

Na ação também foram bloqueadas contas bancárias dos investigados. Os bens apreendidos e os valores bloqueados ficarão

à disposição da Justiça, para que possam no curso do processo criminal serem destinados ao ressarcimento, total ou parcial, dos valores investidos pelas vítimas na empresa Wolf Invest.

A prisão do empresário ocorreu na manhã do último dia 12, em Indaial, município que fica a 102 quilômetros da capital paulista. Além das gemas minerais foram apreendidos aparelhos ce-

lulares, aparelhos eletrônicos e documentos, já periciados, para fazer parte do inquérito instaurado. O preso responderá pelos crimes de estelionato, falsidade ideológica, associação criminosa e lavagem de dinheiro.

PARCERIA

A "Operação Wolf" contou com o apoio da Polícia Civil do Estado de São Paulo, por meio do Departamen-

to de Operações Policiais Estratégicas (Dope). Mais de 500 vítimas, só no Pará, foram vítimas do golpe aplicado por meio da captação de investimento na empresa.

A Wolf Invest oferecia a garantia de ganhos escalonados mensais considerando o montante aplicado pela vítima, podendo, inclusive, chegar a 10% ao mês. O valor estimado dos prejuízos causados já supera R\$ 60 milhões.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



JUSTIÇA EM FATOS LUIZ FLÁVIO

@luizaoreporter

www.facebook.com/luiz.f.costa.37

lflmcosta@gmail.com



Execução provisória de pena ilegal: STJ solta policial militar

O STJ concedeu dia 17 habeas corpus liberatório (HC 687028/PA (2021/0258750-4)) a um policial militar preso pelo juiz da 4ª Vara do Tribunal do Juri da comarca da capital. Na decisão, acatando argumentos dos advogados Ivonaldo Cascaes e Joaquim Freitas, o ministro Reynaldo Soares Fonseca reconheceu a ilegalidade da execução provisória da pena após condenação pelo Tribunal do Juri e determinou a soltura. "Trata-se de importante precedente que enfrentou a legalidade da execução provisória da pena nas decisões do júri, prevista no artigo 492, I, alínea "a", do Código de Processo Penal, incluído pelo Pacote Anticrime", destaca Joaquim Freitas.

DECANO DO TRT8, VICENTE MALHEIROS SE APOSENTA APÓS 48 ANOS DE CARREIRA

Após 48 anos dedicados à magistratura trabalhista, o desembargador Vicente Malheiros da Fonseca, 75, se aposentou no último dia 13 com a publicação do Decreto Presidencial no Diário Oficial da União (DOU). Natural de Santarém, Malheiros prolatou a primeira sentença trabalhista no Brasil, sobre trabalho escravo, em 09 de dezembro de 1976, proferida quando era juiz substituto em Abaetetuba. Membro da Academia Paraense de Música, Fonseca já compôs mais de 1.000 peças, em diversos gêneros (canta, coral, piano, sacras, violão, banda, etc.) e 130 hinos, inclusive o "Hino da Justiça do Trabalho" (1998), oficializado, em âmbito nacional, pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, em 2012.



VERBIS

A Justiça do trabalho, em recente decisão da 11ª vara, reconheceu o vínculo de emprego de médicos em condição de precarização no Hospital Adventista de Belém. O patrocínio da causa foi do advogado Daniel Rodrigues Cruz.

A Defensoria Pública da União de Belém já ajuizou mais de 9 mil procedimentos de demandas envolvendo auxílio emergencial. É a maior demanda do Norte do Brasil. É a primeira do país a ajuizar demandas

desse tipo. Mais informações pelos números 98405-2233/98568-3355/98568-3310.

O Núcleo de Enfrentamento e Prevenção à Violência de Gênero (Nugen) da Defensoria Pública do Estado do Pará, lançou nos dias 19 e 20 o programa "Defenda-me", voltado à capacitação e criação das Procuradorias Municipais da Mulher Paraense em todo o estado.

O "Defenda-me" é direcionado às deputadas, prefeitas e vereadoras do Pará e tem o intuito de orientar as parlamentares, por meio de um programa de capacitação e fortalecimento para a instalação das Procuradorias Municipais da mulher, além de promover a efetivação da Lei Maria da Penha.

Com programações em Belém, Santarém e Marabá, o Ministério Público do Pará, por meio do Centro de Estudos de Aperfeiçoamento Funcional e do Núcleo de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, realiza o Seminário "15 Anos da Lei Maria da Penha: Avanços e Conquistas - Prêmio Mulheres Empoderadas".

Nos dias 19 e 20 de agosto a programação será em Belém, no dia 24 em Santarém, no dia 19 de setembro, em Marabá. O público-alvo são integrantes do MPFA e a comunidade em geral. As inscrições podem ser feitas pelo endereço eletrônico <https://caef.mppa.mp.br/app/login>. O evento será presencial, com transmissão online, observados os protocolos da Covid-19.

Liderança: TRE do PA lança projeto "Escola de Formação Política"



O TRE do Pará lançou na última segunda-feira no seu canal do Youtube, a primeira aula do projeto "Escola de Formação Política", com 48 alunos. O objetivo é desenvolver habilidades e atitudes interpessoais essenciais à liderança cidadã e ampliar o conhecimento para a participação na sociedade e o fortalecimento da democracia. O curso terá duração de 36 horas e encerra dia 17 de dezembro, com a solenidade de formatura no plenário do Tribunal. A equipe docente é formada por historiador(a)s, profissionais da comunicação, advogado(a), juze(a)s, e servidores do Tribunal.

Abuso de autoridade: promotor militar palestra sobre abordagem policial

O promotor militar Armando Brasil ministrou na última quinta-feira palestra sobre abordagem policial e novos conceitos sobre fundadas suspeitas sob a ótica da nova lei de abuso de autoridade, no encerramento do curso de radiopatrulhamento promovido pelo comando da PM, sob a coordenação do comandante do 28 BPM, tenente-coronel Glaucio Mourão. O curso visa capacitar pm's que atuam no policiamento ostensivo na região metropolitana de Belém e é fruto de parceria entre Polícia Militar e Ministério Público Militar.



OAB inaugura nova sede da subseção de Ananindeua

Da 16, o presidente da OAB-PA, Alberto Campos, reinaugurou a sede da subseção de Ananindeua, totalmente reformada. Durante a cerimônia, o vice-prefeito de Ananindeua, Erick Monteiro, entregou o decreto assinado pelo prefeito do município, Daniel Santos, que desapropria e cede o terreno localizado ao lado da subseccional para ampliação da sede. A obra contemplará mais de 800 advogadas e advogados que atuam na Região Metropolitana de Belém (Ananindeua, Benevides, Marituba e Santa Bárbara do Pará). João Brasil, Procurador Geral do município de Ananindeua, participou do evento.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Violência contra a mulher

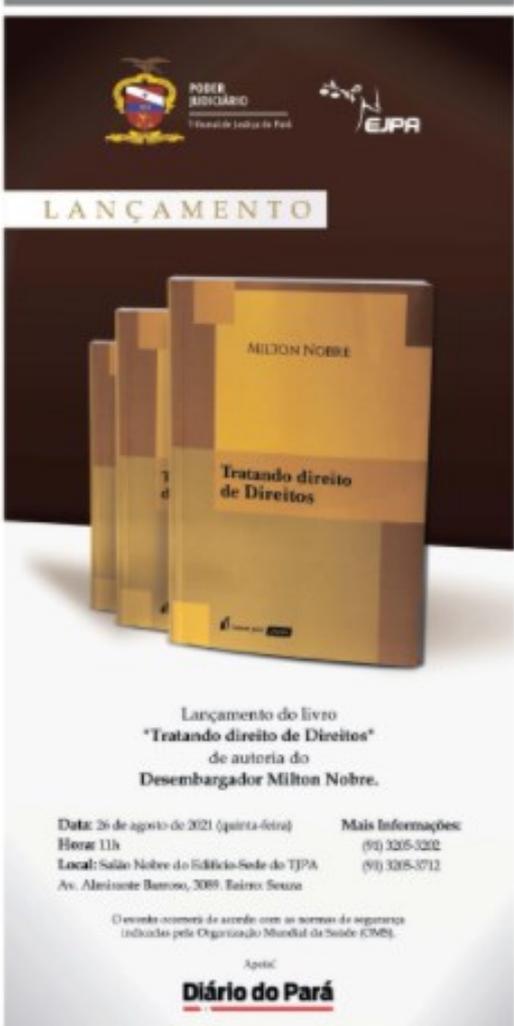


Com programações em Belém, Santarém e Marabá, o Ministério Público do Pará, por meio do Centro de Estudos de Aperfeiçoamento Funcional e do Núcleo de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, realizará o seminário “15 Anos da Lei Maria da Penha: Avanços e Conquistas - Prêmio Mulheres Empoderadas”. A programação ocorreu em Belém nos dias 19 e 20 e agora segue para Santarém no dia 24. No dia 1º de setembro, ocorrerá em Marabá. O público-alvo são integrantes do MPPA e a comunidade em geral. As inscrições podem ser feitas pelo endereço eletrônico <https://ceaf.mppa.mp.br/app/login>

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



LANÇAMENTO

MILTON NOBRE
Tratado direito de Direitos

Lançamento do livro
"Tratado direito de Direitos"
de autoria do
Desembargador Milton Nobre.

Data: 26 de agosto de 2021 (quinta-feira)
Hora: 11h
Local: Salão Nobre do Edifício-Sede do TJPA
Av. Almirante Balsa, 3085 - Torres Torres

Mais informações:
(91) 3205-3202
(91) 3205-3712

O evento ocorrerá de acordo com as normas de segurança
indicadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Após:
Diário do Pará

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

COMBATE ÀS DROGAS É INTENSIFICADO NO PARÁ GUERRA CONTRA O TRÁFICO

Somente no primeiro semestre deste ano, o número de procedimentos instaurados pela Polícia Civil já é 15% maior do que o registrado no mesmo período de 2020, com nove toneladas de entorpecentes apreendidas

Diário do Pará
24h de notícias • www.diarioonline.com.br

DOMINGO,
Belém-PA, 22/08/2021 **Polícia 3**

SEGURANÇA

Desde o início da atual gestão, a Polícia Civil do Pará tem atuado fortemente no combate ao tráfico de drogas na Região Metropolitana de Belém (RMB) e no interior do Estado, tanto que, somente nos seis primeiros meses deste ano, 2.302 procedimentos foram instaurados pelo crime de tráfico de drogas.

“Isso não significa apenas números de prisões, a consequência é muito maior, pois com menos traficantes nas ruas, menor o consumo, os roubos e furtos ao cidadão de bem. A preocupação para o tráfico, no bairro do Icuí, em Ananindeua. Entre os objetivos da ação coordenada pela Polícia Civil, com apoio de outros órgãos que compõem o sistema de segurança pública, esteve a pacificação das áreas consideradas de alta periculosidade.

APREENSÃO

Além das prisões, a Polícia Civil conseguiu retirar das ruas, na RMB e municípios próximos, cerca de nove toneladas de drogas, entre maconha, crack e cocaína. A Divisão de Repressão



ao Narcotráfico (Denarc), braço importante da Polícia nesta incursão, atua também na incineração do material ilícito.

Na última sexta-feira (20), cerca de 900 quilos foram incinerados em um forno na cidade de Marituba. Toda a droga foi transportada em carros traçados até o local da queima. A escolta foi feita por agentes da Polícia Civil fortemente armados.

A apreensão aconteceu no último dia 15 de julho por agentes da Superintendência Regional do Baixo Tocantins em uma embarcação que estava ancorada na Vila Maiauatá, em Igi-

rapé-Miri. No local, dois homens, tripulantes da embarcação, foram autuados em flagrante por tráfico de drogas e porte ilegal de arma de fogo, visto que com eles, foi apreendida uma pistola .380 e munições. Aproximadamente R\$ 20 milhões foram retirados de circulação e um grupo criminoso foi desarticulado.

O procedimento de incineração está previsto na Lei Antidrogas, que é rigorosamente seguida pela Polícia Civil do Pará. O Promotor de Justiça e membro auxiliar do Gaeco, Tiago Ribeiro Sanandres, acompanhou

todo o procedimento de perto. “O Ministério Público possui em uma de suas funções esse acompanhamento da incineração das drogas, essa previsão existe na Lei de Drogas e, hoje, estamos acompanhando exatamente esse processo, que visa conferir uma lisura para o procedimento, prestigiando também o trabalho da Polícia Civil. O Ministério Público tem parceria sempre com a Polícia Civil, para juntos desempenharmos essa questão de conferir uma maior segurança à população, e é isso que nós buscamos com essa parceria”, afirmou.

Também acompanharam a incineração representantes da Corregedoria de Polícia Civil do Pará, Ministério Público do Estado (MPPA) e Vigilância Sanitária, além de agentes da Diretoria de Polícia Especializada (DPE).

“A Polícia Civil é um dos braços importantes do Governo do Estado no combate contundente à criminalidade. Conforme determinado pelo nosso governador Helder Barbalho, trabalhamos em conjunto com todos os órgãos que compõem o sistema de segurança pública”, finalizou o Delegado-Geral, Walter Resende.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

+



DOMINGO
BANDO DESARTICULADO
TEVE PREJUÍZO DE
R\$ 20 MILHÕES.
PÁGINA 3

Diário do Pará

POLÍCIA

GUARNIÇÃO DA PM PRENDEU OS CRIMINOSOS

CAPTURADOS POR FURTO E ESTUPRO

RONDAS

JR Avelar

Policiais militares da 11ª Companhia Integrada de Rondon Pará, sul do Estado, sob o comando do major Pereira, conseguiram retirar de circulação dois homens, um com mandado de prisão preventiva expedido pela Justiça do Maranhão, e outro por furto.

A primeira ação ocorreu no início da noite da última quinta-feira (19). A guarnição do sargento Cleres e soldados Patrick e Samuel abordou Regivaldo Araújo dos Santos. Quando viu a viatura, ele demonstrou nervosismo e ao ser indagado sobre ter sido preso deu resposta evasiva e revelou tentativa de homicídio contra seu irmão.

Ao consultar seu nome no sistema se constatou que Regivaldo Araújo tinha um mandado de prisão pendente de cumprimento

to por espancamento e estupro de vulnerável expedido pela Comarca da cidade de Buriticupu, no Estado do Maranhão.

SEGUNDO CASO

Em outra ocorrência, a mesma guarnição foi acionada por um funcionário de um depósito de bebidas relatando que no dia anterior teria acontecido um furto a um caminhão de uma empresa de cervejas enquanto ele fazia o descarregamento de bebidas.

A vítima informou que o autor do delito se encontrava próximo, sendo feita a abordagem e na busca pessoal foi encontrado com ele um aparelho celular que foi furtado de dentro da cabine do caminhão.

O suspeito foi identificado como Luciano de Amorim Silva. Diante dos fatos, tanto vítima como acusado foram conduzidos até a delegacia de Polícia Civil de Rondon do Pará para os procedimentos cabíveis.



Regivaldo Araújo tinha mandado de prisão no Maranhão. Já Luciano de Amorim havia furtado um depósito

FOTOS: DIVULGAÇÃO

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Justiça decreta prisão de caminhoneiro paulista que matou mãe e bebê na BR-316

21 AGO 2021 - 20H31 | ATUALIZADO 21 AGO 2021 - 21H10 | POR WESLEY COSTA RABELO | Compartilhar 0



O motorista Neugilmar Caires Ferraz, que conduzia o caminhão que matou mãe e filho na Rodovia BR-319, em Marituba, teve a prisão em flagrante homologada, na última quinta-feira, 19, pelo juiz de Direito plantonista, Agenor de Andrade. O magistrado também cassou a fiança concedida a ele e decretou a prisão preventiva do acusado.

A prisão preventiva do acusado foi solicitada pelo Ministério Público do Estado do Pará. Neugilmar foi detido em flagrante, no dia 18 de agosto, dia do acidente, e responde pelo crime de homicídio culposo na condução de um veículo contra

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

as vítimas Danielle Siqueira Nascimento e o filho dela de apenas dois meses, Eros Roberto Siqueira Castro.

A 6ª Promotora de Justiça de Marituba, em exercício, Mônica Cristina Gonçalves Melo da Rocha, ressaltou no processo que “existem indícios suficientes de autoria e materialidade, de acordo com diversas imagens, gravuras e depoimentos testemunhais comprovando a ocorrência do delito”, escreveu.

Neugilmar Ferraz mora no Estado de São Paulo, e conforme apurado pela reportagem, até o momento não foi localizado pela polícia.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

[A CASA CAIUI](#)

Responsável por dar golpe em mais de 500 paraenses, sócio da Wolf é transferido para presídio no Pará

21 AGO 2021 - 11:50 | ATUALIZADO 21 AGO 2021 - 12:08 | Compartilhar 00



Na madrugada deste sábado, 21, o estelionatário que aplicou golpe em mais de 500 paraenses, foi transferido pela Polícia Civil, para o Sistema Penitenciário do Pará.

A ação é um desdobramento da 2ª Fase da “Operação Wolf”, deflagrada no início do mês de agosto deste ano.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

O homem é apontado como o mentor de um grupo empresarial que trabalhava com o esquema conhecido como "pirâmide financeira", e prometia lucros elevados a investidores. Após a expedição do mandado de prisão preventiva, o indiciado foi recambiado .

A operação foi coordenada pela DRLD/DECOR conseguiu localizar e apreender 150 quilos de pedras rubi coríndon avaliadas, inicialmente, em R\$ 30 milhões de reais. O material apreendido encontra-se acautelado provisoriamente em uma agência da CEF na cidade de São Paulo e será transportado nos próximos dias em aeronave do Estado para ficar à disposição da Justiça do Estado do Pará.

Na ação também foi realizado o bloqueio de dinheiro, que estava nas contas dos investigados. Assim, os bens apreendidos e os valores bloqueados ficarão à disposição da justiça para que possam no curso do processo criminal serem destinados para o ressarcimento, total ou parcial, dos valores investidos pelas vítimas na empresa Wolf Invest.

FATOS:

A prisão do empresário que chefiava o esquema aconteceu na manhã do último dia 12 deste mês, na cidade de Indaiatuba, município que fica à 102 quilômetros da capital, São Paulo. Além da prisão, foram apreendidas pedras preciosas, aparelhos celulares, aparelhos eletrônicos e documentos, que foram periciados e farão parte do inquérito instaurado.

O preso responderá pelos crimes de estelionato, falsidade ideológica, associação criminosa e lavagem de dinheiro.

A “Operação Wolf” contou com o apoio da Polícia Civil do Estado de São Paulo, por meio do Departamento de Operações Policiais Estratégicas (DOPE).

O golpe - Mais de 500 vítimas, só no Estado do Pará, aplicando o golpe por meio da captação de pessoas para investimento na citada empresa. A mesma oferecia

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

a garantia de ganhos escalonados mensais considerando o montante aplicado pela vítima, podendo, inclusive, chegar até 10% ao mês. O valor estimado dos prejuízos causados as vítimas já supera a quantia de R\$ 60 milhões de reais.

Com informações PCPA

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

**ESTELIONATO**

Acusado de golpe da pirâmide é transferido para Belém

Os prejuízos causados às vítimas pelos estelionatários já supera R\$ 60 milhões

🕒 sábado, 21/08/2021, 12:59 - Atualizado em 21/08/2021, 15:31 - 🧑 Autor: Agência Pará



A prática dos mais variados golpes, principalmente na internet, estão sendo cada vez mais comuns. Mais de 500 pessoas, só no Pará, foram vítimas do golpe aplicado por meio da captação de investimento em uma empresa identificada como Wolf Invest .

O estabelecimento oferecia a garantia de ganhos escalonados mensais considerando o montante aplicado pela vítima, podendo, inclusive, chegar a 10% ao mês. O valor estimado dos prejuízos causados já supera R\$ 60 milhões.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

A Polícia Civil do Pará, por meio da Diretoria Estadual de Combate à Corrupção (Decor), transferiu de São Paulo para Belém, na madrugada deste sábado (21), um homem acusado de estelionato. A ação é um desdobramento da 2ª Fase da “Operação Wolf”, deflagrada no início deste mês.

O homem é apontado como o mentor de um grupo empresarial que trabalhava com o esquema conhecido como "pirâmide financeira", prometendo lucros elevados a investidores. Após a expedição do mandado de prisão preventiva, o indiciado foi recambiado ao Pará.

Agentes da Decor localizaram e apreenderam 150 quilos de gemas minerais rubi coríndon, avaliadas, inicialmente, em R\$ 30 milhões. O material apreendido encontra-se acautelado provisoriamente em uma agência da Caixa Econômica Federal na cidade de São Paulo, e será transportado nos próximos dias em aeronave do Estado, para ficar à disposição da Justiça do Pará.

Na ação também foram bloqueadas contas bancárias dos investigados. Os bens apreendidos e os valores bloqueados ficarão à disposição da Justiça, para que possam no curso do processo criminal serem destinados ao ressarcimento, total ou parcial, dos valores investidos pelas vítimas na empresa Wolf Invest.

A prisão do empresário ocorreu na manhã do último dia 12, em Indaiatuba, município que fica a 102 quilômetros da capital paulista. Além das gemas minerais foram apreendidos aparelhos celulares, aparelhos eletrônicos e documentos, já periciados, para fazer parte do inquérito instaurado. O preso responderá pelos crimes de estelionato, falsidade ideológica, associação criminosa e lavagem de dinheiro.

Parceria

A “Operação Wolf” contou com o apoio da Polícia Civil do Estado de São Paulo, por meio do Departamento de Operações Policiais Estratégicas (Dope).

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

PARÁ

Comunidades acusam empresa de negar acesso a cemitérios

Segundo as populações nativas, a Agropalma avançou com plantações de dendê sobre áreas onde estão restos mortais de seus ancestrais



Caio Oliveira / O Liberal

22.08.21 9h50



“Tenho pai, irmão, avô, avó, todos enterrados nos cemitérios do Livramento e da Batalha. Mas não podemos ir lá. A gente tem vontade de ir para limpar, mas a empresa proibiu”. Clemente Souza, mais conhecido como Quelé, homem de 70 anos e cuja família viveu por gerações às margens do rio Acará, resume assim uma situação que aflige hoje várias outras pessoas da comunidade da região, no nordeste paraense. Para eles, o território sagrado onde seus ancestrais repousam foi tomado pelas plantações de dendê da Agropalma.

De acordo com um relatório elaborado por pesquisadores da Universidade Federal do Pará (UFPA), há quatro cemitérios nas áreas ocupadas pela empresa. Três deles são áreas quilombolas, e uma é indígena, da etnia Tembé. Relatos de vários moradores que antes moravam na região à beira do rio contam

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

que a gigante do agronegócio nega o direito de se prestar homenagem aos parentes que jazem ali.

“Essa proibição deles homenagearem seus mortos é um grande trauma coletivo”, afirma Elielson Silva, doutor em Ciências - Desenvolvimento Socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (Naea/Ufpa) e pós-doutorando em Antropologia pela Universidade Estadual do Maranhão (Uema). Ele participa do projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, que trabalha junto aos quilombolas das comunidades da Balsa, Palmares e Gonçalves, na Região do Alto Acará, e tenta ajudar essas pessoas a terem seus direitos reconhecidos.

ÁREAS VEDADAS

Os campos santos catalogados pelo projeto são os cemitérios Nossa Senhora da Batalha, do Livramento, de Santo Antônio e o cemitério Indígena Tembê. O mais antigo é o do Livramento que, segundo os estudos, data do início do século XX. “Desse cemitério, entre 30% e 40% dele se encontra invadido por um dendezal da empresa, que um tempo atrás destruiu uma parte dele. Existem pessoas cujos parentes estão sepultados na área que hoje está coberta pelo dendezal, e que não conseguem nem saber onde estão essas sepulturas”, diz Elielson.

“Nas demais sepulturas que sobraram, as pessoas são impedidas de homenagear seus mortos. Há um controle exercido pela empresa, que restringe a circulação dessas pessoas. Além de serem impedidos de homenagear seus mortos e manter vivo aquele espaço sagrado, eles são impedidos de pescar também.

Então, há um controle de circulação abusivo”, alega o pesquisador, que diz que o relatório elaborado visa ajudar no reconhecimento da área como território quilombola por parte do poder público.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

“Meu irmão está na Nossa Senhora da Batalha, no meio do território. Em 2019, eu fui coagido; eu e outras pessoas. A gente não pode nem limpar, nem praticar os eventos que temos de costume na comunidade. Está complicado”, lamenta Joaquim Pimenta, presidente da Associação Representativa dos Quilombolas da Comunidade da Balsa. O homem conta que se sente um expatriado, sem direito a ter ao menos acesso à sua história, e sente mais ainda por ver seus conterrâneos passando pelo mesmo tipo de problema, sem poder ter acesso aos túmulos de seus familiares e à área de rio onde têm raízes.

“A gente chega lá, está um matagal, a coisa mais feia do mundo”, lamenta Adilson Pimenta, agricultor de 47 anos que também tem parentes sepultados na Batalha. “Eu estava presente quando enterraram. Tenho lá um irmão, tios. Teve uma vez que a gente foi lá dar uma olhada, e a Agropalma mandou a polícia. Eles foram lá e disseram que estávamos invadindo, que lá tem segurança armada e podiam atirar”, diz o homem, preocupado com sua história.

Empresa diz desconhecer as populações denunciantes

Em nota, a Agropalma afirma que “jamais estabeleceu plantações sobre quaisquer áreas de cemitérios, tampouco registra a presença de comunidades quilombolas em suas fazendas ou no entorno delas”. A empresa diz ainda que até o momento nenhum morador usou os canais de comunicação oficiais da empresa para alegar suposta violação ou mesmo apontar sua localização. “A Agropalma apenas tomou conhecimento de um pedido levado à Justiça pela Defensoria Pública, sobre o qual a empresa sequer foi chamada a se manifestar, e que acabou indeferido pelo juízo, devido à insuficiência de provas”, declarou o setor de comunicação da maior produtora de óleo de dendê da América Latina.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Desembargador Milton Nobre lança o livro 'Tratando direito de Direitos'

Na obra, ele aborda os desafios do direito no século XXI e reflete ainda sobre direito à saúde e pandemia, bem como a Justiça Eleitoral Brasileira



Eduardo Laviano

22.08.21 7h00



O lançamento do livro ocorre no próximo dia 26 de agosto (quinta-feira), às 11h, no salão nobre do edifício-sede do Tribunal de Justiça do Pará.

O desembargador e professor Milton Nobre, do Tribunal de Justiça do Pará, lança no próximo dia 26 o livro "Tratando direito de Direitos", pela editora Lumen Juris. É a oitava obra de Nobre, que reúne alguns ensaios já publicados e muitos outros inéditos.

Veja mais:



[A primeira aventura de Milton Nobre no meio literário](#)

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Ele descreve o livro como um tributo para a maneira que os juristas da geração dele pensavam o direito - e o que mudou de lá para cá. Na opinião do desembargador, a ciência precisa ir além da produção intelectual e ser dotada de aplicabilidade, especialmente no direito.

"Trato de vários departamentos da ciência jurídica. A minha geração não pensava o direito só academicamente. E trabalhávamos na academia e na profissão. Sou contra essa dedicação exclusiva do professor. Pensávamos no direito em ação, como consequência, os efeitos dele nos campos da vida social. Esse que é o objetivo da obra. Isso é porque hoje a academia produz muita tese mas muitas delas não dizem nada para a sociedade enquanto resultado de ordem prática", reflete.

O livro foi inspirado e incentivado pelo amigo Zeno Veloso, jurista que morreu este ano e por quem Nobre nutriu mais de 50 anos de admiração e amizade. A homenagem escolhida é singela: o livro não tem prefácio, porque Veloso estava escrevendo o prefácio da obra quando morreu.

"Ele chegou comigo e falou publica, publica, publica. Olha o que escrevi: este livro não tem prefácio. É uma homenagem póstuma ao meu amigo, colega de magistério, de quem guardo para sempre, no baú das minhas saudades, as melhores lembranças", declama.

Um dos temas abordados no livro são os desafios do direito no século XXI. Ele vê as redes e a tecnologia como um desafio que ultrapassa o direito e que vai testar a contemporaneidade em todos os âmbitos da sociedade.

"O Mario Vargas Llosa diz em um livro, A Civilização do Espetáculo, que as pessoas estão vivendo um paradigma entre o visual e o real comportamental. As pessoas vivem mais representando. A máscara que a pessoa utilizava no teatro grego hoje é a própria cara da pessoa, ou o perfil na rede social", diz.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Nobre não é adepto das redes sociais, mas assiste com curiosidade o fenômeno das críticas imediatas acessíveis a todos, especialmente contra juristas renomados em cargos públicos.

"Quem se expõe socialmente está sujeito às percepções gerais. Antigamente era num auditório, mas hoje o auditório é globalizado. O cara olha um ministro do STJ ou do Supremo julgando e não gosta dele, do jeito dele, cria uma ideia de que o cara é mal e a partir deste preconceito, vai para as redes. Invés de guardar para si, ele revela. Isso é um problema", entende ele.

Na obra, Nobre reflete ainda sobre direito à saúde e pandemia, bem como a Justiça Eleitoral Brasileira.

Este é o segundo lançamento do jurista durante a pandemia de covid-19, período que ele considerou produtivo apesar do isolamento social. Aos 74 anos, ele acredita que cabeça vazia só serve para pensar bobagem e já começou a escrever o próximo livro.

"O homem não é só sensibilidade. O homem também é razão. E a razão nos inquieta. A gente tem que fazer alguma coisa. Tendo que trabalhar remoto, ficando em casa mais tempo, você tem que exercer a tua inquietação com criatividade. Foi o que fiz", conta.

O lançamento do livro ocorre no próximo dia 26 de agosto (quinta-feira), às 11h, no salão nobre do edifício-sede do Tribunal de Justiça do Pará, na avenida Almirante Barroso.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br